

O MARANHÃO QUER MAIS



**PROGRAMA DE GOVERNO
2019-2022**

Consolidação das Propostas

O Brasil passa por uma profunda crise econômica que se reflete na redução da renda, elevação do desemprego e deterioração dos indicadores sociais. Apesar do seu caráter nacional, a crise é muito mais sentida quando a gestão estadual amplia sua estrutura; concentra e centraliza as decisões e a execução das ações; formula e executa políticas públicas que agravam a desigualdade; expõe a população mais vulnerável a risco; retirado setor privado, via aumento de impostos, recursos que garantiriam mais investimentos e empregos e, das famílias, a renda para a sua sobrevivência. O Maranhão tem hoje mais de 400 mil desempregados; 300 mil pessoas voltaram à pobreza e estima-se que nos últimos três anos o PIB caiu mais de 15%.

Não precisamos de um *Estado Grande*; muito menos de um *Estado Mínimo*; precisamos de um Estado eficiente. Um Estado que proteja a renda dos vulneráveis, que dialogue com o empresariado, não promova o confisco de receita e bens usando a política tributária e não promova mais desigualdade ampliando o risco de vida ao desmantelar o funcionamento do Sistema Único de Saúde.

Tirar o Maranhão dessa crise profunda requer que as políticas públicas sejam formuladas, implementadas e

Consolidação das Propostas

avaliadas com a garantia de participação institucional e social.

Se de um lado precisamos preservar, aperfeiçoar e melhorar o que se conquistou, de outro precisamos implementar novos modelos de governança que levem a um novo patamar de desempenho.

Para tanto, será preciso desconcentrar e descentralizar a gestão; avaliar programas e ações que diminuam a pobreza e a desigualdade social; revisar a carga tributária para eliminar o seu aspecto regressivo e ampliar a concorrência. A promoção do desenvolvimento não pode ser feita apenas com a elevação da receita e o aumento da dívida pública, mas com a participação do investimento privado.

Oferta de Serviços Públicos para o Enfrentamento da Pobreza e da Desigualdade Social

A desigualdade social pode ser medida pelo acesso a renda e segurança alimentar, serviços básicos de saúde, educação e segurança, ativos produtivos, crédito e serviços de internet.

O combate à pobreza e à desigualdade tem início com a preservação da renda dos mais humildes. A complementação do Bolsa Família será formulada com

Consolidação das Propostas

transferências adicionais do Estado para auxiliar os mais pobres a honrar os pagamentos das contas de energia elétrica (Viva Luz) e água (Viva Água). Vamos apoiar os programas de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar para escolas, hospitais e outras demandas públicas, bem como para distribuição entre as famílias beneficiadas por transferência de renda.

Essas ações devem necessariamente ser amparadas pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Será através da organização e cooperação com os municípios que intensificaremos o rastreamento da população vulnerável para a inclusão social. Os programas complementares de âmbito federal e estadual de auxílio aos idosos, portadores de necessidades especiais, às mulheres e às crianças terão um novo impulso. Isso será efetuado também em parcerias com organizações da sociedade civil, tornando a prestação de serviço social abrangente, responsável e especializada.

Vamos investir na organização e funcionamento das ações de prevenção à saúde, apoiando parcerias com os municípios em programas como o Saúde da Família, Saúde Bucal e as ações dos Agentes Comunitários de Saúde. Reforçaremos o programa de Vigilância em Saúde (sanitária e epidemiológica) para o enfrentamento de doenças como a dengue, malária, zika e chikungunya.

Vamos reconstituir a oferta dos serviços ambulatorial e hospitalar. Já implanta a infraestrutura necessária ao seu

Consolidação das Propostas

funcionamento, mas resta completar os investimentos em equipamentos e a construção e funcionamento dos centros de hemodiálise.

O combate à mortalidade infantil e materna será prioridade. Para tanto ampliaremos o controle sobre a realização das consultas de pré-natal de forma a reduzir o risco à saúde da criança e da mãe. Nesse aspecto, ampliar o atual desempenho do sistema estadual de imunização é indispensável.

Outro fator de desequilíbrio social é a segurança pública e o sistema prisional. Reequipar e qualificar os órgãos de segurança são ações importantes, mas a integração das polícias (inclusive com outros órgãos estaduais e federais), a interiorização dos serviços e o uso de tecnologia como a de vídeo monitoramento serão implementados como fatores de garantia de direitos e da ordem pública.

Fator decisivo é a participação da sociedade como parceira do aparato policial. Teremos um programa específico para ampliar a interação entre a sociedade e o sistema de segurança. Isso é vital para as ações preventivas como a de prevenção do uso de drogas e paz no trânsito, com a conscientização sobre o uso do álcool.

O serviço penitenciário e de custódia de apenados e detentos aguardando julgamento terá uma visão social. Os investimentos realizados em meu último governo em novos

Consolidação das Propostas

presídios serviram para melhorar avivência e aumentar o número de vagas.

A desigualdade de acesso à educação deve ser eliminada. Já conseguimos êxitos importantes no que se refere a frequência escolar no ensino fundamental, mas ainda precisamos ampliar a frequência escolar no ensino médio. Também precisamos resgatar alunos que têm mais de dois anos de atraso nos dois níveis de ensino.

Não há como aumentar a frequência do ensino médio sem passar pela qualificação do ensino fundamental. Corrigir o fluxo escolar (distorção idade/série), alfabetizar com qualidade e na idade certa são ações fundamentais. Como praticamente a totalidade das matrículas do ensino fundamental são de responsabilidade dos municípios, estabeleceremos um programa de parceria técnica para acelerar esse processo, elevar o desempenho ao nível das metas do Índice de Avaliação da Educação Básica – IDEB e a implantação da nova base nacional curricular comum.

No Ensino Médio, a competência é preferencialmente do Estado. Aqui dois problemas se colocam: a qualificação da oferta do ensino e a ampliação da oferta de vagas. Vamos estimular a formação de mais professores, especialmente de Ciências Exatas e de Línguas.

A qualificação da oferta de ensino passa necessariamente pela qualificação e disponibilidade de professores. Recuperaremos o funcionamento da “Casa do Professor”, com programa específico de formação para os

Consolidação das Propostas

docentes. A ampliação da oferta de vagas resultará em construção de novas escolas. Também faremos a ampliação da jornada escolar diária, com a implantação de novas escolas de tempo integral, iniciadas em meu último governo.

Precisamos reconhecer que a infraestrutura de ensino tem inadequações. São muitas escolas construídas no tempo em que a educação não tinha protagonismo dos dias atuais, assim, não dispõem de espaços esportivos, bibliotecas, laboratórios e outros equipamentos. Além disso, as áreas urbanas se expandiram, promovendo, em muitos casos, disparidade entre os locais de demanda e os de oferta do ensino. A evolução da educação também se deu nos meios pedagógicos, agora fortemente influenciados e disponíveis na internet. Dessa forma, implantaremos um programa para ajustar a infraestrutura escolar e os meios pedagógicos, inclusive com o uso mais intensivo da “educação à distância”. Tal programa deve ser extensivo ao ensino fundamental mediante parcerias com os municípios.

O Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental

Não basta ao Estado o papel de transferir renda e oferecer proteção social. É necessário dar condições às famílias e às empresas de progredirem no destino que escolherem. É fundamental dialogar com a sociedade e construir as bases para que as famílias e as empresas sejam os elementos ativos e os beneficiários do desenvolvimento.

Consolidação das Propostas

Em 30 anos o Maranhão passou de um Estado de predominância rural para urbana. Estamos em transição e ainda temos o maior percentual de população rural do Brasil (34%), com mais de 2,3 milhões de habitantes. Convivemos com os problemas e as complexidades desses dois ambientes.

O desenvolvimento da área rural está vinculado à expansão dos serviços de infraestrutura (saneamento básico, eletrificação e habitação), acesso a ativos produtivos (terra, estradas, conhecimento, tecnologia e inovação) e acesso ao crédito.

A atenção ao meio rural se dará com projetos integrados de desenvolvimento que considerarão as vocações locais especificadas pelos territórios e biomas existentes em nosso Estado.

Identificadas as lacunas na oferta de bens, insumos, conhecimento e tecnologia, programas e ações específicas vão atender a essas demandas. O acesso aos ativos produtivos será feito de forma integrada: assistência técnica para a economia familiar, piscicultura, pesca, carcinicultura, apicultura, pecuária, grãos, regularização fundiária, comercialização e industrialização da produção para proporcionar maior valor agregado e renda; tecnologia e inovação, com o uso de máquinas, implementos agrícolas, sementes, fertilização e manejo adequados; e o acesso ao crédito, em parceria com os bancos oficiais, se dará por

Consolidação das Propostas

projeto. O agronegócio terá tratamento semelhante, por território e vocação de mercado.

Dois instrumentos importantes nesse processo serão a elaboração do Zoneamento Ecológico e Econômico e a conclusão do Cadastro Ambiental Rural. Eles são indispensáveis à promoção das ações de ordenamento territorial, regularização ambiental e incorporação de áreas produtivas. Além disso, faremos a simplificação e a desburocratização nos processos de licenciamento ambiental.

O sistema de ciência e tecnologia será a base do desenvolvimento. Pesquisa, inovação tecnológica mediante redes de conhecimento integradas a centros nacionais e internacionais de suporte científico, ligadas a universidades e institutos, qualificarão o setor produtivo, o comércio e os serviços, facilitando nossa inserção nos mercados. Estimularemos o empreendedorismo e as startups.

Daremos continuidade ao processo de industrialização do Estado. A indústria ainda representa uma parcela pequena na composição do nosso Produto Interno Bruto - PIB. Sem poder contar plenamente com a concessão de novos incentivos fiscais, faremos um programa de adensamento e qualificação da cadeia de fornecimento de insumos e serviços para as grandes indústrias. Criaremos um setor específico e profissional para a captação de investimentos com fundamento nas nossas potencialidades e vantagens comparativas, como posição

Consolidação das Propostas

geográfica, infraestrutura multimodal, recursos humanos, dentre outras.

No comércio e nos serviços residem um grande potencial de expansão dos negócios e empregos urbanos. Todavia essa expansão ficou prejudicada pela queda na renda. Nos últimos três anos houve redução de emprego e o número de pessoas desocupadas saltou de 177 mil para 418 mil.

Para implementar o crescimento da renda, traremos de volta o programa Primeiro Emprego. Essa será uma forma de proteger e incentivar o ingresso no mercado de trabalho dos mais jovens. É preciso registrar que além de promover o emprego através do investimento e da revisão da tributação, no curto prazo o governo deve contribuir com outras alternativas, como oferta de qualificação e treinamento em novas habilidades.

Vamos apoiar a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, para buscarmos soluções de financiamento para a execução dos projetos.

Dois segmentos merecem atenção especial, o turismo e a cultura. Temos atrações e potencial turístico em todo o nosso território, destacando-se o Centro Histórico de São Luís e Alcântara, o extenso litoral com praias, reentrâncias e ilhas de grande beleza, os Lençóis Maranhenses, o Delta do Parnaíba, a Floresta dos Guarás e a Chapada das Mesas. Para dinamizar e alavancar o setor, o Estado, em conjunto com os empresários, municípios e a sociedade, vai oferecer

Consolidação das Propostas

mais qualidade nos serviços públicos, capacitar e treinar recursos humanos, melhorar os acessos, inclusive aeroportos, fortalecer a divulgação do Maranhão como destino turístico e apoiar o acesso ao crédito para investimento. Também daremos prioridade à elaboração e/ou revisão do calendário, mapas e roteiros turísticos do Maranhão.

A cultura do Maranhão tem uma grande riqueza de manifestações e diversidade. São cadeias de inovação, saberes tradicionais e populares, festas e manifestações religiosas que serão apoiadas e divulgadas. O território maranhense voltará a ser o grande palco da nossa produção cultural. Artesãos, artistas populares, artistas plásticos, dançarinos, músicos, escritores e poetas voltarão a ter apoio e recursos para a sua arte.

Da mesma forma que as manifestações culturais, o patrimônio histórico precisa de mais carinho e atenção. Ele necessita ser recuperado e preservado. Para tanto, aperfeiçoaremos as parcerias com os municípios e a sociedade para consolidar o sistema estadual de cultura. Vamos atualizar o **Plano Estadual de Desenvolvimento da Cultura** com a participação de todos os interessados, estabelecendo programas, ações e recursos para sua implementação.

A DIVERSIDADE, OS DIREITOS, O GENÊRO, OS ASPECTOS GERACIONAIS

Nossa diversidade incorpora elementos raciais históricos. Somos o resultado da miscigenação de índios,

Consolidação das Propostas

brancos e negros. Com direitos assegurados na Constituição, os indígenas e os afrodescendentes ainda sofrem de discriminação e preconceito. Assim como as mulheres e os LGBTs.

Vamos atuar duramente no combate às desigualdades, implantando programas que valorizem os cidadãos independente de sua cor, de sua origem, de seu gênero e de sua escolha.

Às crianças, adolescentes e idosos, focaremos nossa atenção no cumprimento integral dos seus Estatutos. Redes de gestores facilitarão o cumprimento dos seus direitos e ajudarão no combate ao trabalho infantil e ao abuso sexual.

VETORES QUE IMPULSIONAM O DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento é função da infraestrutura, dos recursos humanos, da segurança jurídica dos contratos, do ambiente favorável aos negócios, da credibilidade e confiança na ação governamental. Sem essas condições não é possível estimular o investimento privado, gerar empregos e renda na economia.

A atual carga tributária é fator impeditivo ao desenvolvimento. Confiscatória e regressiva, privilegia poucos em detrimento de muitos. Vamos mudar esse quadro.

A gestão pública será guiada pela busca incessante de eficiência, produtividade, equilíbrio das contas públicas,

Consolidação das Propostas

respeito à Lei Orçamentária, aos direitos dos servidores e aposentados, relacionamento respeitoso e em harmonia com os poderes Legislativo e Judiciário.

Não se faz um governo de resultados sem ações planejadas, sem fortalecer os municípios, de forma a privilegiar a todos, independentemente da coloração partidária e do comando municipal.

Isso é o que faremos, buscando atender às demandas do povo maranhense.

A nossa experiência, capacidade de planejar e viabilizar recursos, executar obras estruturantes e atrair investimentos de grande porte abrem novas perspectivas ao Maranhão.